



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11558 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política de Educação Superior

REALIDADE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA CONCEBIDA E RESISTIDA: o panorama histórico do século XX nas tendências do século XXI  
Vânia Amaral da Rocha - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

**REALIDADE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA CONCEBIDA E RESISTIDA: o panorama histórico do século XX nas tendências do século XXI**

**Introdução**

As primeiras décadas do século XX o contexto político iniciou a criação das primeiras universidades no Brasil sob influência das transformações tecnológicas e culturais da sociedade brasileira. Nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945) foram criadas cinco universidades no Brasil (POMAR, 1999).

A partir da Revolução de 1930, a politização do ambiente nacional levou estudantes a atuarem firmemente, como a Juventude Comunista e a Juventude Integralista. No ano de 1937, no Rio de Janeiro, concretizaram o projeto de criação da União Nacional dos Estudantes, pois havia o desejo de formar uma única entidade representativa forte e legítima a fim de promover a defesa da qualidade de ensino, do patrimônio nacional e da justiça social (UNE, 2020).

Neste período houve a ampliação da oferta de cursos superiores no Brasil e “O Estatuto das Universidades Brasileiras”, popularmente, conhecido como Reforma Francisco Campos, aprovado em 1931, vigorou por trinta anos. Já, em 1935, Anísio Teixeira criou a Universidade do Distrito Federal (UDF), que tinha como um dos principais objetivos a renovação e ampliação da cultura.

No ano de 1945, Getúlio Vargas foi afastado do poder e surgiram diferentes propostas políticas para o país: a de cunho nacionalista, que defendia um Estado forte e independente,

com restrições ao capital estrangeiro, outra de cunho liberal, que defendia o vínculo com o capitalismo internacional, abertura aos produtos e capitais estrangeiros com maior aproximação dos EUA. Ainda, emergia uma corrente comunista que propunha maior participação do Estado na vida nacional - conforme queriam os nacionalistas, entretanto rejeitava a manutenção das antigas estruturas sociais e políticas e defendia uma aproximação com o bloco liderado pela URSS (CUNHA, 2007).

Durante o governo de João Goulart (1961 a 1964), a sociedade brasileira se dividia entre seus apoiadores na defesa das causas trabalhistas, do comunismo e os opositores representados pelos setores conservadores da igreja e do empresariado. Em 1964, o alto escalão do exército, apoiado pelos governadores como Magalhães Pinto (MG), Carlos Lacerda (RJ) e Adhemar de Barros (SP), depuseram o presidente João Goulart, que ficou conhecido como a primeira experiência democrática do Brasil, já, que representou um dos raros políticos autenticamente, democráticos na história de uma República excludente e autoritária brasileira. Jango como ele era chamado, pode se observar em sua política o alargamento das liberdades; encorpou a expansão dos direitos de cidadania, dando mais força na autonomização, ainda que relativa da sociedade civil (SEGATTO, 2014).

O golpe de Estado de 1964 deu início a era da ditadura de governos militares autoritários que perduraram até 1985. Neste período o Brasil alinhou-se aos EUA e criou condições para a entrada do capital estrangeiro a custas de empréstimos que aumentaram a dívida externa. Foi no contexto sócio histórico do Brasil pós-golpe de 1964 que foi aprovada a Reforma Universitária de 1968, propondo reformulações nas universidades públicas federais e também, nas universidades particulares para atender o movimento que trazia a luta pela restauração da democracia e expansão do ensino superior. O ensino superior privado teve uma expansão significativa a partir da Reforma Universitária de 1968.

No entender de Saviani (2014), a Reforma Universitária de 1968 propunha soluções realistas e medidas operacionais, com o objetivo de conferir eficiência e produtividade ao sistema assim, baseada no modelo de Universidade de Humboldt estabeleceu e dissociou ensino pesquisa e extensão, o regime integral de ensino, a dedicação exclusiva dos professores e a valorização do profissional da educação por título e produção científica.

No ano de 1981, ainda no regime militar, em Campinas-SP foi fundada a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (a ANDES), uma entidade representativa de instituições de ensino superior e institutos de educação básica, técnica e tecnológica com a proposta de ser autônoma em relação a partidos políticos e ter a organização de base associando a luta dos docentes às lutas de outros trabalhadores pelo reconhecimento de direitos sociais para todos os brasileiros. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a entidade passou a ser denominada por Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (o ANDES-SN) o qual teve participação ativa nas lutas pela redemocratização do país no início da década de 1980 com o movimento “Diretas Já! ”.

Em 1985 teve início uma nova fase na vida política brasileira, denominada de Nova República, a redemocratização do país. Os primeiros dez anos após o fim da ditadura militar no Brasil foram marcados por forte instabilidade econômica, aumento da dívida externa, hiperinflação e empobrecimento dos trabalhadores. Posteriormente, a Constituição de 1988 consolidou direitos políticos que vinham sendo reivindicados pela sociedade; como direito de voto aos analfabetos, a criminalização do racismo e os direitos da mulher (CUNHA, 2007).

A sociedade brasileira, que se calou no regime da ditadura militar agora, queria ser ouvida e várias associações representativas das diversas classes sociais foram formadas. No âmbito das universidades federais foi fundada, ano de 1989, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior-ANDIFES.

A ANDIFES teve representantes na elaboração e implantação das principais políticas públicas educacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDBEN nº 9394/1996, na definição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB, no Plano Nacional de Educação-PNE, no Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES e na Lei de Cotas-ANDIFES, 2019.

### **Considerações finais**

Procurou-se nesse estudo, fazer a inter-relação entre o panorâmica histórica da criação das universidades públicas brasileiras no século XX, no contexto político de relações de poder e dominação em prol da modernização desejada no modo de viver capitalista. Os ajustes à ordem neoliberal iniciado nos anos 1990, propiciaram os avanços necessários para a acumulação flexível do capital em todas as dimensões se apresenta condicionante para a reconfiguração do modelo de universidade pública brasileira. Neste mundo contemporâneo sob a lógica de acumulação do capital há espaço aos considerados mais competentes e que podem pagar pelo acesso aos direitos básicos especialmente, a educação.

Assim, coloca-se a necessidade de aprofundar o debate pela manutenção da autonomia e gestão democrática da universidade pública brasileira, para fortalecer a resistência contra os ataques aos princípios constituintes que defendem a educação como direito de todos e dever do Estado, a gratuidade e igualdade de condições para acesso e permanência, o pluralismo de ideias e garantia de padrão de qualidade com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Cumprindo, portanto a defesa da universidade pública brasileira enquanto lugar primordial do saber crítico e sistematizado necessário para que a sociedade entenda o que caracteriza a exclusão social e tenha ferramentas para resistir e buscar voltada para a alternativas de superação. No século XXI, as determinações da lógica de mercado produtividade e eficiência caracterizam a universidade operacional bem diferente dos

princípios pelos quais fora concebida.

Embora a universidade pública brasileira tenha tido uma expansão significativa nas primeiras décadas do século XXI, ocorreu em uma projeção ainda maior a tendência de privatização do ensino superior sob uma nova perspectiva da universidade pública.

Para Frigotto (2011), o Programa Universidade para Todos-ProUni, criado em 2004, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI, criado em 2007, “por caminhos diversos e aparentemente contraditórios, dão conteúdo à universidade operacional” (FRIGOTTO, 2011, p. 247).

Destarte, a adoção destes Programas possibilitou de certo modo, investimentos nas universidades federais, uma vez que contrataram novos professores e técnicos administrativos, além de elaborar planos de expansão e reestruturação, implementar estratégias para incorporar mais alunos, aumentar o seu atendimento por meio de cursos noturnos e aumentar a utilização do espaço físico já disponível. Sobremaneira, representou o alinhamento com a lógica capitalista neoliberal de promover o desenvolvimento por meio do aumento da produtividade e eficiência no controle dos gastos financeiros.

Assim, as universidades públicas, visando a manutenção das atividades produzidas, passaram a investir na captação de recursos arrecadados decorrentes da comercialização de bens, de contratos, de convênios, de consultoria, de projetos de cooperação com entidades públicas e privadas, de cursos de extensão e especialização e da realização de processos seletivos. Esta nova perspectiva para a universidade pública brasileira representa conforme Chauí (2001), o deslocamento da universidade concebida como instituição pública ligada ao Estado republicano para o de organização social vinculada ao mercado. Ou seja, uma universidade operacional, voltada para os resultados e o produtivismo e avaliada não mais em razão de sua função social e cultural de caráter universal, mas da particularidade das demandas do mercado.

**Palavras-chave:** Universidade pública brasileira. Panorama histórico. Tendências século XXI.

## REFERÊNCIAS

ANDIFES. **Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior**. O sistema de universidades federais e a democracia - Por Gustavo Balduino em 12/12/2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/o-sistema-deuniversidades-federais-e-a-democracia-por-gustavo-balduino/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã**: o ensino superior da colônia à Era Vargas. [on line]. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 46. Rio de Janeiro. jan.- abr. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o Ensino Superior Privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

POMAR, Wladimir. **Retrospectiva do século XX**: Era Vargas - a modernização conservadora. São Paulo: Ática, 1999.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T.; ALMEIDA, J. S.; SAVIANI, D. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: 3 ed. Autores Associados, 2014. p. 958.

SEGATTO, José Antônio. Crise política e a derrota da democracia. In: VALLE, Maria Ribeiro do (Org.). **1964-2014: Golpe Militar, história, memória e direitos humanos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES/SN). **Cadernos ANDES**: proposta do ANDES/SN para a universidade brasileira. N. 2. 3. ed. atual. rev. Brasília, 2003. 78 p.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE. **História da UNE**. Disponível em: <https://une.org.br/2011/09/historia-da-une/>. Acesso em: 20 mar. 2020.